

# **Pjus Participações S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 31 de dezembro de 2024

A Administração da PJUS PARTICIPAÇÕES S.A. submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Administração<sup>1</sup> e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### A EMPRESA

A empresa PJUS PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia” ou “Pjus S.A.”) é uma holding de capital fechado, fundada em 14 de dezembro de 2020, com o objetivo de investir, por meio de capital próprio, em empresas e fundos de investimento. Sua estrutura organizacional permite uma atuação estratégica no mercado de ativos judiciais, com foco na aquisição de direitos creditórios e precatórios de credores – tanto pessoas físicas quanto jurídicas – que possuem valores a receber de Entes Federativos e seus respectivos órgãos.

A Companhia exerce controle direto sobre a empresa operacional Pjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda. (“Pjus Ltda.”), responsável pela originação e estruturação das operações. Até 30 de novembro de 2024, a Companhia também controlava indiretamente a Pxjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda. (“Pxjus Ltda.”), que foi incorporada pela Pjus Ltda. Com essa incorporação, a Pjus Ltda. absorveu integralmente os ativos e passivos da Pxjus Ltda., o que fortaleceu a integração operacional e estratégica do grupo.

Além disso, a Pjus S.A. mantém investimentos em fundos, incluindo o Ativos Judiciais Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (FIM), alinhando-se à sua estratégia de diversificação e otimização de investimentos. Por meio dessa estrutura, a Companhia reafirma seu compromisso com a eficiência operacional, a consolidação de sua posição no mercado e a gestão integrada de seus ativos, garantindo maior robustez e previsibilidade em suas operações.

### PANORAMA ECONÔMICO

Em 2024, a economia brasileira apresentou crescimento, com o Produto Interno Bruto (PIB) expandindo 3,5%, superando as expectativas anteriores<sup>2</sup>. No terceiro trimestre, o Brasil registrou um crescimento de 0,9% em relação ao trimestre anterior, destacando-se entre os países do G20<sup>3</sup>. No entanto, apesar desse desempenho positivo, a inflação alcançou 4,77%, ultrapassando a meta estabelecida pelo Banco Central<sup>4</sup>.

Paralelamente, o endividamento das famílias brasileiras se manteve elevado, com 78,5% das famílias endividadas em julho de 2024, e a inadimplência atingindo 29,5% no final do ano<sup>5</sup>. Entre as famílias de menor renda, o endividamento aumentou para 81,1%, maior índice entre todas as faixas<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Contas Nacionais Trimestrais – PIB do Brasil em 2024*. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>3</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Relatório Econômico do G20 – 3º Trimestre de 2024*. Disponível em: [www.oecd.org](http://www.oecd.org)

<sup>4</sup> Banco Central do Brasil. *Relatório de Inflação – 2024*. Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)

<sup>5</sup> Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – 2024*. Disponível em: [www.cnc.org.br](http://www.cnc.org.br)

<sup>6</sup> Serasa Experian. *Índice de Endividamento das Famílias Brasileiras – 2024*. Disponível em: [www.serasaexperian.com.br](http://www.serasaexperian.com.br)

Esse cenário econômico ressalta a necessidade da população de antecipar recursos financeiros, tornando a venda de precatórios uma alternativa viável. Nesse contexto, a Pjus S.A. e sua controlada ampliam sua atuação, oferecendo soluções para aqueles que buscam monetizar seus créditos judiciais de forma antecipada, evitando a espera pelos prazos legais para o pagamento das dívidas pelos Entes Federativos e seus órgãos.

## **MODELO DE NEGÓCIO E CONTEXTO OPERACIONAL ATUAL**

A Companhia atua na aquisição de ativos financeiros, especificamente direitos creditórios expressos em precatórios, oferecendo antecipação de recebíveis para credores que necessitam de liquidez imediata devido à morosidade dos pagamentos por parte dos Entes Federativos (Federal, Estadual e Municipal). No entanto, o negócio opera em um ambiente sujeito a incertezas regulatórias e variações nos prazos de pagamento.

Desde 2023, a Pjus S.A. vem passando por um processo de profissionalização da administração, o que se intensificou ao longo de 2024. Durante esse período, foi realizada uma reestruturação significativa, incluindo a renovação do corpo executivo e a reformulação do cargo de CEO.

Adicionalmente, foi criado o Departamento de Recebimento de Precatórios e Jurídico Contencioso, fortalecendo a governança e a eficiência operacional. Essa mudança impactou positivamente o andamento dos processos judiciais e tem contribuído diretamente para a melhora dos resultados financeiros.

Como parte da estratégia de crescimento, a Companhia implementou novas estruturas de liderança no setor comercial e promoveu a regionalização dos Entes Federativos em quatro áreas, garantindo maior suporte e agilidade nos processos de originação e produção. Além disso, foi criada a área de inteligência de mercado, voltada para análise de dados e tendências, aprimorando a tomada de decisão estratégica.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Companhia com a profissionalização, a eficiência operacional e a geração de valor sustentável para seus acionistas.

## **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O ano de 2024 representou um período de crescimento e consolidação estratégica para a Pjus S.A., marcado pela recuperação da produção, fortalecimento da governança e aprimoramento dos processos operacionais. A Companhia registrou um crescimento de 11,29% no volume total de aquisições de ativos judiciais, consolidando a previsibilidade dos retornos e a segurança dos investimentos.

Apesar de um primeiro semestre desafiador, com uma retração de 39% em relação ao mesmo período de 2023, as reestruturações estratégicas implementadas ao longo do ano resultaram em uma retomada expressiva da produção no segundo semestre, que apresentou um crescimento de 123%. Esse avanço foi impulsionado pela regionalização das equipes comerciais em quatro áreas estratégicas, proporcionando maior eficiência na originação e suporte ágil aos negociadores.

No que se refere ao financiamento das operações, a Pjus S.A. manteve sua estratégia de captação de recursos para fortalecer sua estrutura de capital. Após a bem-sucedida primeira emissão de debêntures em novembro de 2023, a Companhia continua disposta de uma linha de crédito que pode ser acessada para equalização das suas necessidades de capital de giro.

Outro avanço relevante foi a identificação de créditos tributários de PIS/COFINS. Esse levantamento resultou na apuração de R\$ 2.506 milhões em créditos, sendo R\$ 807 mil referentes ao exercício corrente e R\$ 1.699 milhão de períodos anteriores (2023/2022). Esses montantes serão utilizados para compensação de débitos federais ao longo de 2024 e até o primeiro trimestre de 2025, gerando um impacto positivo no fluxo de caixa da organização.

Além do desempenho financeiro, a Pjus S.A. avançou significativamente na ampliação de sua infraestrutura tecnológica. A Companhia iniciou a implantação de um novo sistema de CRM (Salesforce), voltado para aprimorar a gestão comercial, eliminar gargalos e aumentar a eficiência dos processos. Esse investimento estratégico na área de tecnologia visa otimizar o acompanhamento das operações e garantir um modelo de negócios mais ágil e previsível.

A partir de julho, a Pjus S.A. alcançou um novo nível operacional, mantendo uma produção mensal superior à do primeiro semestre. Mesmo com o impacto sazonal do recesso dos tribunais em dezembro, a empresa apresentou um avanço de 118% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Com essas iniciativas, a Pjus S.A. reafirma seu compromisso com solidez financeira, governança e inovação operacional, garantindo retornos consistentes para seus acionistas.

## **PERSPECTIVAS**

Para 2025, a Pjus S.A. projeta um cenário de crescimento contínuo e sustentável, fundamentado na expansão das aquisições, aprimoramento operacional e modernização tecnológica. O fortalecimento das equipes comerciais e o uso estratégico de inteligência de mercado serão determinantes para ampliar a capacidade de originação e aumentar a previsibilidade dos retornos.

A gestão rigorosa de riscos e a qualidade da carteira de investimentos continuarão sendo pilares essenciais da estratégia da Companhia. A experiência adquirida com operações de grande porte servirá de referência para novas oportunidades estratégicas, aumentando a participação da Pjus S.A. em operações de alto valor agregado.

Além disso, a Pjus S.A. continuará ampliando sua estratégia de captação de recursos, explorando novos instrumentos financeiros para sustentar seu crescimento e viabilizar a aquisição de novos ativos judiciais.

## **AUDITORES INDEPENDENTES**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria Executiva revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 10 de junho de 2025, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Belo Horizonte, 10 de junho de 2025.

A Administração,

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Pjus Participações S.A.  
Belo Horizonte - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pjus Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pjus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023*

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 18 de abril de 2024, sem modificação.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Wellington França Da Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 260165/O-1

## **Pjus Participações S.A.**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

### **Índice:**

Balanço Patrimonial.....	4
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
1. Contexto operacional.....	9
2. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas .....	12
3. Principais políticas contábeis .....	14
4. Adoção de normas internacionais de contabilidade novas e revisadas.....	28
5. Caixa e equivalentes de caixa .....	28
6. Títulos mantidos para negociação.....	28
7. Direitos creditórios .....	29
8. Impostos a recuperar.....	30
9. Partes relacionadas .....	31
10. Investimentos.....	31
11. Imobilizado.....	33
12. Intangível .....	33
13. Direito de uso e passivo de arrendamento.....	34
14. Impostos e contribuições a recolher .....	34
15. Salários, provisões e obrigações sociais .....	35
16. Obrigações por cotas de fundo de investimento .....	35
17. Debêntures .....	37
18. Provisões para demandas judiciais .....	38
19. Capital social e reservas .....	39
20. Receita líquida .....	40
21. Custos e despesas por natureza .....	41
22. Receitas e despesas financeiras.....	41
23. Imposto de renda e contribuição social.....	42
24. Instrumentos financeiros .....	43
25. Eventos Subsequentes.....	47

## Pjus Participações S.A.

Balanço Patrimonial  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	132	6.348	134.340	16.213
Títulos mantidos para negociação	6	-	-	10.641	28
Direitos creditórios	7	-	-	544.014	376.162
Impostos a recuperar	8	11	7	1.451	131
Despesas Antecipadas		-	-	402	442
Outros ativos circulantes		39	315	1.081	507
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>182</b>	<b>6.670</b>	<b>691.929</b>	<b>393.483</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Direitos creditórios	7	-	-	415.906	505.209
Investimentos	10	350.787	278.905	9.391	6.734
Depósitos judiciais e cauções	11	-	-	284	36
Imobilizado	12	-	-	2.417	2.298
Intangível	13	-	-	7.555	9.202
Direito de uso	14	-	-	402	1.202
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>350.787</b>	<b>278.905</b>	<b>435.955</b>	<b>524.681</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>350.969</b>	<b>285.575</b>	<b>1.127.884</b>	<b>918.164</b>
<b>Passivo Circulante</b>					
Contas a Pagar		1	18	32.964	10.539
Impostos e contribuições a recolher	15	44	116	1.884	1.830
Salários, provisões e obrigações sociais	16	24	-	6.056	3.244
Passivo de arrendamento	14.1	-	-	382	500
Outros passivos circulantes		15	183	15	183
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>84</b>	<b>317</b>	<b>41.301</b>	<b>16.296</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Cotas Seniores Fundo de Investimento	17	-	-	632.012	503.052
Debêntures	18	70.535	38.168	70.535	38.168
Provisão para demandas judiciais	19	-	-	1.199	48
Passivo de arrendamento	14.1	-	-	155	886
Impostos diferidos	24	59.877	35.617	60.324	36.291
Outros passivos não circulantes		-	30	-	30
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>130.412</b>	<b>73.815</b>	<b>764.225</b>	<b>578.475</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>130.496</b>	<b>74.132</b>	<b>805.526</b>	<b>594.771</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	20	155.500	160.076	155.500	160.076
(-) Capital a Integralizar		-	(4.576)	-	(4.576)
Reserva de capital		5.000	5.000	5.000	5.000
Reserva de lucros		56.656	48.403	56.656	48.403
Reserva legal		3.317	2.540	3.317	2.540
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>		<b>220.473</b>	<b>211.443</b>	<b>220.473</b>	<b>211.443</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101.885</b>	<b>111.950</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>350.969</b>	<b>285.575</b>	<b>1.127.884</b>	<b>918.164</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Pjus Participações S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	-	-	265.307	238.695
Custos dos serviços prestados	22	-	-	(57.872)	(18.415)
		-	-	<b>207.435</b>	<b>220.280</b>
<b>Receita (despesas) operacionais</b>					
Despesas administrativas	22	(824)	(1.345)	(51.205)	(45.517)
Resultado de equivalência patrimonial	10	49.576	58.979	8.820	6.734
Outras despesas		-	(2.397)	-	(2.628)
		<b>48.752</b>	<b>55.237</b>	<b>(42.385)</b>	<b>(41.411)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	23	<b>48.752</b>	55.237	<b>165.050</b>	178.869
Receita financeira		630	3.700	12.519	6.929
Despesa financeira		(9.375)	(737)	(97.474)	(83.559)
		<b>(8.745)</b>	2.963	<b>(84.955)</b>	(76.630)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>40.007</b>	<b>58.200</b>	<b>80.095</b>	<b>102.239</b>
Imposto de renda e contribuição social	24				
Imposto de renda e contribuição social corrente	24.2 (a)	(216)	(2.572)	(710)	(2.680)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24.2 (b)	(24.261)	(22.169)	(24.044)	(22.645)
		<b>(24.477)</b>	<b>(24.741)</b>	<b>(24.754)</b>	<b>(25.325)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>15.530</b>	<b>33.459</b>	<b>55.341</b>	<b>76.914</b>
Controladores		15.530	33.459	15.530	33.459
Não-controladores		-	-	39.811	43.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Pjus Participações S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em milhares de reais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>15.530</b>	33.459	<b>55.341</b>	76.914
<b>Resultado abrangente</b>	<b>15.530</b>	<b>33.459</b>	<b>55.341</b>	<b>76.914</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Pjus Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em milhares de reais

	Capital social	(-) Capital a Integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva Legal	Resultados acumulados	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>125.500</b>	-	<b>5.000</b>	<b>16.617</b>	<b>867</b>	-	<b>147.984</b>	<b>65.470</b>	<b>213.454</b>
Aumento do capital social	34.576	(4.576)	-	-	-	-	30.000	-	30.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.459	33.459	43.455	76.914
Constituição de reserva	-	-	-	31.786	1.673	(33.459)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	3.025	3.025
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>160.076</b>	<b>(4.576)</b>	<b>5.000</b>	<b>48.403</b>	<b>2.540</b>	-	<b>211.443</b>	<b>111.950</b>	<b>323.393</b>
Aumento do capital social	(4.576)	4.576	-	(6.500)	-	-	(6.500)	-	(6.500)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.530	15.530	39.811	55.341
Constituição de reserva	-	-	-	14.753	777	(15.530)	-	-	-
Distribuição de rendimentos cotistas	-	-	-	-	-	-	-	(87.454)	(87.454)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	37.577	37.577
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>155.500</b>	-	<b>5.000</b>	<b>56.656</b>	<b>3.317</b>	-	<b>220.473</b>	<b>101.885</b>	<b>322.358</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Pjus Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em milhares de reais

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>				
Resultado do exercício	15.530	33.459	55.341	76.914
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	-	-	1.555	1.832
Provisões para perdas e contingências, líquido	19	-	1.151	12
Rendimento de Títulos mantidos para negociação	6	-	(626)	-
Valorização de FIDCs não controlados	10	-	(1.555)	-
Apropriação de direitos creditórios	-	-	-	(225.061)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(49.976)	(58.979)	-
Baixa de Bens Tangíveis e Intangível	13	-	3.325	-
Baixa de Arrendamento Mercantil (Direito de uso)	14	-	371	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.260	22.169	24.033	22.696
Juros de arrendamento	-	-	(444)	141
Juros sobre Cotas Seniores Fundo de Investimento	-	-	84.567	82.589
Juros sobre debêntures	18	8.800	8.800	668
	<b>(986)</b>	<b>(2.683)</b>	<b>176.518</b>	<b>(40.209)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	-	4
Créditos reembolsáveis a receber	-	-	-	4
Direitos creditórios	7	-	(78.549)	(98.063)
Despesas antecipadas	-	-	40	(120)
Outros ativos	272	37	(1.893)	(252)
Depósitos judiciais e cauções	11	-	(248)	(36)
Contas a pagar	(17)	18	22.425	3.911
Impostos e contribuições a recolher	15	10	455	1.596
Salários, provisões e obrigações sociais	-	-	2.812	(894)
Outros passivos	(174)	(114)	(198)	(205)
	<b>91</b>	<b>1.186</b>	<b>(55.156)</b>	<b>(94.055)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social recolhidos</b>	24	(82)	(401)	(1.240)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais</b>	<b>(977)</b>	<b>(2.653)</b>	<b>120.961</b>	<b>(135.504)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos mantidos para negociação	6	-	(9.987)	997
Aquisição de participação em investidas	10	-	(1.103)	(5.283)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	12	-	(2.923)	(5.025)
Aumento de capital em controlada	10	(14.500)	(123.977)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(14.500)</b>	<b>(123.977)</b>	<b>(14.013)</b>	<b>(9.311)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento do capital social integralizado	-	30.000	-	30.000
Efeito líquido de Cotas Seniores Fundo de Investimento	17	-	44.394	16.825
Aporte (Redução) de capital de acionistas não controladores	-	-	(49.877)	3.026
Debêntures	18	23.567	37.500	37.500
Bens arrendados	14.1	-	(405)	-
Captação de recursos com subscrição de cotas	10	(7.806)	-	-
Recompra de Ações	20	(6.500)	(6.500)	-
Transações com partes relacionadas	-	8.667	-	2.462
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>9.261</b>	<b>76.167</b>	<b>11.179</b>	<b>89.813</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(6.216)</b>	<b>(50.463)</b>	<b>118.127</b>	<b>(55.002)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.348	56.811	16.213	71.215
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	132	6.348	134.340	16.213
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(6.216)</b>	<b>(50.463)</b>	<b>118.127</b>	<b>(55.002)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 1. Contexto operacional

A Pjus Participações S.A. ("Pjus S.A.", "Controladora" ou "Companhia") foi constituída em 29 de dezembro de 2020 e iniciou suas operações em 25 de janeiro de 2021. Sua principal atividade é a participação no capital social de outras sociedades, sejam elas simples ou empresárias, tanto no Brasil quanto no exterior.

A Companhia, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, mantém investimentos estratégicos em diversas entidades, conforme sua estrutura de participação. Em comparação com 2023, houve alterações significativas, incluindo a incorporação da Pjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda. pela Pjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda. e a entrada em novos fundos, como o FIDC XP Pjus, FIDC Abeto e FIDC Cobalto.

O quadro a seguir apresenta a participação da Companhia em cada uma das suas entidades controladas e coligadas, evidenciando as mudanças ocorridas entre 2023 e 2024.

Controladas e Coligadas	Participação	31/12/2024	31/12/2023
PJUS Investimentos em Direitos Creditórios Ltda ("PJUS")	Direta	100,00%	100,00%
Ativos Judiciais Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("FIM")	Direta	100,00%	100,00%
PXJUS investimentos em direitos creditórios Ltda. ("PXJUS")	Indireta	N/A	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I ("FIDC AJI")	Indireta (*)	75,07%	69,76%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais II ("FIDC AJII")	Indireta (*)	49,96%	49,96%
XP Pjus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC XP PJUS")	Indireta (*)	84,99%	0,00%
Pjus Abeto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Precatórios Federais Responsabilidade Limitada ("FIDC ABETO")	Indireta (*)	44,74%	0,00%
Pjus Cobalto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Precatórios Responsabilidade Limitada ("FIDC COBALTO")	Indireta (*)	72,51%	0,00%
ADJUD I Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não - padronizados	Indireta (**)	14,43%	14,43%
XP ADDEBITARE I Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não - padronizados	Indireta (**)	13,58%	0,00%
IMPACTO ROXO I Impacto Roxo FIDC de Precatórios de Responsabilidade Limitada   não - padronizados	Indireta (**)	5,76%	0,00%

(\*) Participação relativas às cotas subordinadas dos fundos de investimento.

(\*\*) Investidas não consolidadas

#### Controladas diretas

*PJUS Investimentos em Direitos Creditórios Ltda ("PJUS")* - Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade limitada constituída em 19/02/2018, cujo principal objeto é a prestação de serviços de consultoria especializada a fundos de investimento, por meio de auxílio na prospecção e estruturação de investimentos em direitos creditórios, e a assistência a celebração de contratos de cessão e prestação de serviços com intermediários das operações dos fundos e na condução de carteiras de investimentos dos fundos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 100% de participação sobre esta investida pelo montante de R\$ 13.430 (R\$ 20.329 em 2023).

*Ativos Judiciais Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("FIM")* - Foi constituído em 26 de novembro de 2020 e iniciou suas atividades em 22 e março de 2021, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a receber aplicações de recursos provenientes exclusivamente de investidores profissionais, nos termos do artigo 9-A da Instrução CVM nº 539 ("ICVM 539"), de 13 de novembro de 2013.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

O objetivo do Fundo é investir seus recursos em uma carteira de ativos financeiros que poderá envolver vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial. A meta do fundo será buscar o maior retorno absoluto possível para o Fundo e seus cotistas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 100% de participação sobre o FIM pelo montante de R\$ 337.821 (R\$ 258.576 em 2023).

### Controladas indiretas

Pxjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda. ("PXJUS" com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, trata-se de uma sociedade limitada constituída em junho de 2020, dedicada à realização de investimentos em direitos creditórios. Em 2024, a Companhia deixou de possuir participação nessa investida devido à sua incorporação pela PJUS Ltda. em novembro do mesmo ano. Em 2023, a participação era de 100%, correspondente ao montante de R\$ 5.212.

### Participações Indiretas em Fundos - Participação majoritária em cotas subordinadas

Por meio do FIM, a Companhia possui participação majoritária nas cotas subordinadas das seguintes entidades, coletivamente, denominadas "Fundos".

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I iniciado em 23 de março de 2021 como um condomínio fechado, o fundo possui um prazo de duração de 15 anos a partir da primeira integralização de cotas. As cotas somente poderão ser resgatadas na liquidação do fundo, sendo permitida a amortização conforme as diretrizes do regulamento. Em 2024, o FIDC AJI interrompeu a aquisição de novos precatórios, refletindo ajustes estratégicos em sua gestão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 75,07% de participação societária, por meio de 89.210.439,35 cotas subordinadas e 9.211.894,99 de cotas subordinadas mezanino III (31 de dezembro de 2023: a participação era de 69,76%, correspondente a 85.917.203,60 cotas subordinadas).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais II ("FIDC AJ2") Com características similares ao FIDC AJ1, iniciou suas atividades em 6 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve os 49,96% de participação societária sobre este fundo de investimento por meio de 18.147.423,36 cotas subordinadas, sem alterações em relação a 2023.

Em 2024 foi integralizado ao controle do FIM três novos fundos com características similares aos do AJI, são:

XP PJUS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC XP PJUS") foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo de duração de 10 anos, podendo ser prorrogado por mais 2 anos a critério da Gestora. Seu objetivo é proporcionar rendimentos aos Cotistas por meio da aquisição de Direitos Creditórios alinhados à Política de Composição do Patrimônio. O patrimônio do fundo é composto por três Subclasses de Cotas: Sênior, Subordinada Mezanino e Subordinada Júnior, cada uma com características e direitos específicos. O público-alvo é formado exclusivamente por Investidores Profissionais, conforme definido pela regulamentação da CVM. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 84,99% de participação, correspondente a 13.037.886,39 cotas subordinadas.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Os fundos Pjus Cobalto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Precatórios Resp (“FIDC COBALTO”) e Pjus Abeto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Precatórios Federais Resp (“FIDC ABETO”) têm como objetivo proporcionar a valorização das cotas dos cotistas por meio da aplicação de recursos em direitos creditórios elegíveis, representados por precatórios federais, além de ativos financeiros de liquidez, conforme a política de investimento de cada fundo. Para tanto, é realizada a análise e seleção desses direitos creditórios e ativos financeiros para as carteiras, observando-se as disposições do Anexo Normativo II à Resolução CVM nº 175/22.

O prazo de duração dos fundos é dividido em dois períodos: o Período de Investimento, com duração de 36 meses a partir da primeira integralização, durante o qual os fundos adquirem direitos creditórios; e o Período de Desinvestimento, que se inicia após o término do primeiro e segue até a liquidação dos fundos ou até o fim do prazo estabelecido.

Durante o Período de Investimento, é permitida a revolvência da carteira, permitindo a aquisição de novos direitos creditórios. A elegibilidade desses direitos é verificada pela gestora, sendo a análise quanto ao seu enquadramento nos critérios estabelecidos considerada definitiva.

Em 31 de dezembro de 2024, os fundos Pjus Abeto e Pjus Cobalto detinham, respectivamente, 44,74% e 72,51% de participação, correspondendo a 1.404.086,65 e 11.484.229,51 cotas subordinadas.

### Participações Indiretas em Fundos - Participação minoritária em cotas subordinadas

Por meio do FIM, a Companhia possui participação minoritária nas cotas subordinadas das seguintes entidades, coletivamente, denominadas “Outros fundos”.

*ADJUD I FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS (“ADJUD I”)* - iniciou suas atividades em 30 de março de 2022 sob a forma de condomínio de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas em caso de sua amortização integral do Fundo. O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento aos cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios que atendam à política de investimento, composição e diversificação da carteira do, descrita no regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2024 a companhia detem 14,43% sobre esta investida por meio de 3.669.439,08 cotas subordinadas (31 de dezembro de 2023: a Companhia detinha 14,43% sobre esta investida, por meio de 3.653.268,92 cotas subordinadas).

Em 2024 a Empresa adquiriu outras participações nas investidas, com as mesmas característica do *ADJUD I*, as quais são, também, coletivamente, denominadas “Outros Fundos”.

XP ADDEBITARE I Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não – padronizados – 13,58%, 829.607,36 cotas subordinadas

IMPACTO ROXO I Impacto Roxo FIDC de Precatórios de Responsabilidade Limitada | não – padronizados 5,76% 300.000,00 cotas subordinadas.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

## **2. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão foi autorizada pela Diretoria em 10 de junho de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as demonstrações financeiras.

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes utilizadas pela administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### b) Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativa e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### c) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 3.e e 9 - investimentos e base de consolidação: determinação se a Companhia apresenta elementos que justifiquem a consolidação de uma entidade, incluindo fundos de investimento.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia consideram os saldos do FIM, FIDC AJ1, FIDC AJ2. XP Pjus, Abeto e Cobalto. A Companhia avaliou que sua participação nos fundos de investimento, através de integralidade da participação societária no FIM e maioria da participação nas cotas subordinadas dos fundos de investimento em direito creditório auferem o controle à Companhia.

Como resultado da estrutura e regulamento do fundo os detentores das cotas seniores dos fundos de investimento em direito creditório têm o direito a retorno pré-determinado, conforme evidenciado à nota explicativa 16. Dessa forma, os fundos de investimentos em direito creditório e conseqüentemente a Companhia, estão efetivamente garantindo os retornos aos cotistas seniores.

Dessa forma, a Grupo avaliou que os direitos de voto dos cotistas seniores não são um fator dominante na decisão de quem controla a entidade, uma vez que a Companhia detém o controle por meio de efetiva participação na gestão dos fundos de investimento em direito creditório, incluindo processo de prospecção de precatórios, por meio da controlada PJUS, disponibilizados aos fundos de investimento em direito creditório.

Portanto, a Companhia concluiu que os fundos de investimento são entidades estruturadas nos termos do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, controlando tais fundos. As cotas seniores são contabilizadas como passivo financeiro de longo prazo, sendo o rendimento do investimento contabilizado como despesas com juros.

### **d) Incerteza sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.f e 3.g - Imobilizado e Intangível - determinação da vida útil;
- Nota explicativa 18 - Provisão para demandas judiciais - determinação da probabilidade e valor da perda das demandas judiciais;
- Nota explicativa 20 - Receita Líquida - determinação do valor da taxa de performance;
- Nota explicativa 3.k - Contas a receber - perda esperada de crédito;
- Nota explicativa 7 - Direitos creditórios - determinação da taxa de atualização dos montantes dos direitos creditórios

Dessa forma, quando da efetiva liquidação desses ativos ou passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

### **e) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis.

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, na data da transação.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

O valor justo é o montante que se receberia pela venda de um ativo ou se pagaria para transferir um passivo em uma transação voluntária e organizada entre agentes de mercado na data da avaliação. Esse valor pode ser obtido diretamente por meio de observação ou estimado com outra metodologia.

Ao calcular o valor justo, a Empresa considera as características do bem ou da obrigação, desde que esses aspectos sejam relevantes para os agentes de mercado na definição do preço no momento da mensuração.

### **3. Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Contas a receber

Os recebíveis, oriundos de prestações de serviços, são reconhecidos à medida em que os serviços prestados são dados como concluídos pelo cliente e o direito à compensação financeira é contratualmente adquirido pela Companhia ou suas controladas e coligadas.

c) Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios cedidos vincendos têm seu valor calculado de acordo com a apropriação dos respectivos rendimentos (correspondentes ao deságio aplicado sobre o seu valor de face, quando da aquisição dos direitos creditórios pelos Fundos de Direitos Creditórios ("FIDCs"), e/ou à remuneração a receber, como juros ou bônus) exponenciais, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento, observado o disposto na Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011.

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios: quando os Fundos adquirem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, atendendo o seguinte critério de contabilização:

#### *Títulos para negociação*

São os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos e ajustados a valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

### e) Investimentos e base de consolidação

Nas demonstrações financeiras da controladora os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da investida. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Empresa. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da investida, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

#### i) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

#### ii) *Fundos de investimentos*

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em cotas de fundos de investimentos são registrados pelo valor de aquisição e atualizados, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores.

A PJUS S.A. consolida os Fundos em suas demonstrações financeiras quando detêm participação majoritária nas cotas subordinadas.

Embora a Companhia não exerça controle formal sobre essas estruturas, sua participação implica responsabilidade econômica significativa. Essa exposição relevante aos resultados variáveis dos fundos fundamenta sua consolidação nas demonstrações financeiras da Companhia, refletindo de forma adequada os riscos assumidos e os benefícios econômicos potencialmente auferidos.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### iii) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada.

Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

### iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados em contrapartida ao investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### v) *Participação de não controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores.

Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

## f) Imobilizado

### i) *Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O imobilizado, o intangível e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "*Impairment*" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### ii) *Depreciações*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamento de informática	5 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### g) Intangível

Os Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é baixado quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

#### *Custos de pesquisa e desenvolvimento*

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	<b>Software</b>	<b>Desenvolvimento de produtos</b>
Vida útil	Definida (5 anos)	Definida (5 anos)
Método utilizado	Amortização linear	Amortização linear (Quando o ativo estiver disponível para uso)

### h) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### *Ativos de direito de uso*

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova reavaliação dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, sendo o prazo médio dos arrendamentos de cinco anos.

#### *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento exercer a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de desconto incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

O Grupo adota a isenção de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo referentes a máquinas e equipamentos, ou seja, contratos com duração de até doze meses, sem opção de compra. Da mesma forma, aplica a isenção para bens de baixo valor, abrangendo equipamentos de escritório considerados não relevantes. Os pagamentos desses arrendamentos são registrados como despesa pelo método linear ao longo da vigência do contrato.

#### i) Provisão para contingências e depósitos judiciais

##### Depósitos judiciais

Existem situações em que a Empresa e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Empresa e suas controladas continuem questionando as ações.

Nestas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Empresa e de suas controladas, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável.

##### *Provisão para demandas judiciais*

As provisões são registradas quando a Empresa possui uma obrigação presente, seja legal ou não formalizada, resultante de um evento passado, e quando há uma expectativa provável de que recursos serão necessários para sua liquidação, desde que seja possível estimar seu valor com razoável precisão.

Caso haja a expectativa de reembolso, total ou parcial, como no caso de cobertura por um contrato de seguro, esse montante é reconhecido separadamente como um ativo, desde que o reembolso seja praticamente certo. As despesas relacionadas às provisões são registradas na demonstração do resultado, já descontados eventuais reembolsos.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Essas provisões são periodicamente revisadas e ajustadas para refletir mudanças nas circunstâncias, como novos prazos de prescrição, resultados de inspeções fiscais ou riscos adicionais identificados com base em novas decisões judiciais ou administrativas.

### j) Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e diretores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Estes benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência.

### k) Receitas

A receita compreende a contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades e é reconhecida no momento da prestação dos serviços e da apropriação de rendas sobre direitos creditórios. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções dos abatimentos e dos descontos.

A receita operacional consolidada da Companhia advém, substancialmente dos Fundos pela apropriação de rendas sobre direitos creditórios, conforme prática evidenciada à nota explicativa 3.c.

#### *Demais receitas*

#### i) Receita de comissões

A Pjus Ltda recebe mensalmente uma remuneração (comissão comercial) pelo serviço de negociação, análise e recomendação de compra de direitos creditórios para fundos de investimento. O valor da comissão é calculado conforme regulamento de cada Fundo, com base na quantidade de direitos creditórios adquiridos pelo Fundo no mês.

O preço de aquisição dos direitos creditórios é determinado pela expectativa de prazo de recebimento dos ativos quando forem pagos pelos Entes Públicos e por um deságio aplicado sobre o valor esperado de recebimento.

Quando da cessão dos direitos creditórios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado, quando existentes.

#### ii) Receita de taxas de administração

A Pjus Ltda receberá, mensalmente, pelos serviços de consultoria aos Fundos de Investimento, uma Taxa de Administração incidente sobre o Patrimônio Líquido de cada Fundo, conforme regulamento. O Patrimônio Líquido é composto pelos direitos creditórios adquiridos deduzido do passivo correspondente aos recursos captados junto a investidores qualificados como profissionais.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### iii) Receita de taxas de performance

A Pjus Ltda fará jus a remuneração semestral a título de performance (“Taxa de Performance”), correspondente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade das Cotas Subordinadas Juniores dos Fundos de Investimento que excederem a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI.

### iv) Receita de RPV

Em 2024, a empresa foi incorporada, resultando na absorção de seus ativos e passivos pela incorporadora. Como parte desse processo, o saldo de recebíveis referente a direitos creditórios foi transferido integralmente para a incorporadora.

A incorporada encerrou a aquisição de novos precatórios em fevereiro de 2024, não havendo novas operações desse tipo após essa data. Os créditos transferidos estão relacionados a valores devidos por pessoas jurídicas de direito público, pertencentes à administração direta ou indireta, oriundos de requisições judiciais de pagamento, incluindo Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e precatórios de pequeno valor, sujeitos à incidência de juros e correção monetária conforme sua origem e natureza.

Com a incorporação, houve também uma mudança no regime tributário, passando de lucro presumido para lucro real. Dessa forma, toda a receita foi reconhecida na data da incorporação, restando agora apenas o saldo de recebíveis a ser realizado conforme os pagamentos forem efetuados.

### v) Provisão para perdas esperadas

Para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos financeiros do grupo, avaliados pelo custo amortizado, deverá ser registrado uma provisão para perdas.

A perda por redução no valor de recuperação será mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado, calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve necessidade de constituição de provisão.

### l) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

### m) Impostos

A Companhia e suas controladas estão enquadradas no seguinte regime de tributação:

- Pjus Participações S.A: Lucro Presumido;
- Pjus Investimentos em direitos creditórios: Operou sob o regime de lucro presumido até 30 de novembro de 2024, quando foi incorporada por sua controladora, Pjus Ltda., passando a adotar o regime tributário da incorporadora.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- Pjus Investimentos em direitos creditórios Ltda: Lucro Real.

As empresas enquadradas no regime de tributação pelo lucro presumido consideram a presunção de 32% sobre a receita, conforme cálculo demonstrado na nota explicativa 22. Em conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/2018) as Empresas deverão apurar o Imposto de Renda à alíquota de 15% e Contribuição Social sobre Lucro Líquido de 9% sobre o lucro real e a controlada sobre o lucro presumido apurado.

Adicionalmente, à parcela do lucro real e do lucro presumido que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração está sujeita à incidência de adicional de imposto à alíquota de 10% (dez por cento), que será apurado juntamente com o imposto de renda apurado pela aplicação da alíquota geral de 15%.

### *i) Imposto de renda - Fundos*

Os rendimentos auferidos pelos fundos de investimento são tributados por ocorrência da amortização e/ou resgate de cotas pelas alíquotas regressivas de acordo com o prazo médio da carteira dos Fundos e com o prazo do investimento. O prazo médio é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários, ressaltando-se que os direitos creditórios não são considerados para tal cálculo:

Caso as carteiras dos Fundos tenham prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo superior a 181 a 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo superior a 361 e inferior a 720 dias;
- 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias

Caso as carteiras dos Fundos tenham prazo inferior médio inferior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- e 20% em aplicações com prazo superior a 181 a 360 dias.

### *ii) Tributos diferidos*

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

### *Demais tributos*

As receitas estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS); a Contribuição para Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para financiar a Seguridade Social (COFINS) conforme regime tributável enquadrado.

Esses encargos são apresentados como dedução das receitas na demonstração de resultado.

Impostos recuperáveis ou impostos antecipados são apresentados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo estimado de sua realização.

## n) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

### i) *Ativos financeiros*

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros. Os saldos de contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com (ou sem) reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida): quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima, sendo as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os direitos creditórios são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### Da baixa

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade.

Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 não havia perdas estimadas provisionadas para os ativos financeiros da Companhia.

### ii) *Passivos financeiros*

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.
- Passivos financeiros ao custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo.

### Da baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são consideravelmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### o) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### p) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo, com base nos dados observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os insumos utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são as seguintes:

- *Nível 1. Mercado ativo: preço cotado* - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associação de mercado por entidades que visam ter preços divulgados pelas agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento;
- *Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação* - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente a mesmo, análise do fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isentos de outros interesses e motivada por considerações comerciais;
- *Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio* - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivados, que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações não negociadas.

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 4. Adoção de normas internacionais de contabilidade novas e revisadas

#### 4.1. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	1	1
Bancos	-	-	638	4.256
Aplicações financeiras (a)	132	6.348	2.397	8.297
Aplicações sobre cotas de fundos (b)	-	-	131.304	3.659
	<b>132</b>	<b>6.348</b>	<b>134.340</b>	<b>16.213</b>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e risco insignificante de mudança no valor. Objetivo de buscar rentabilidade de no mínimo 95% do CDI em 2024 e em 2023.
- (b) Referem-se a aplicações em Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo, que tem por objetivo buscar acompanhar a variação do certificado de depósito interbancário (CDI), de forma que, no mínimo, 95% dos ativos componentes de sua carteira, estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro em 2024 e em 2023.

### 6. Títulos mantidos para negociação

#### Consolidado

31/12/2024	Fundo	Vencimento	Custo contábil	Valor de Mercado
Tesouro Selic (LFT)	AJ I	01/09/2028	10.609	10.609
Tesouro Selic (LFT)	AJ II	01/09/2028	32	32
			-	-
			<b>10.641</b>	<b>10.641</b>
<b>Títulos públicos definitivos</b>				
31/12/2023	Fundo	Vencimento	Custo contábil	Valor de Mercado
Tesouro Selic (LFT)	AJ II	01/09/2028	28	28
			<b>28</b>	<b>28</b>

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Os valores de emissão dos títulos Tesouro Selic (LFTs) foram atualizados pela variação da taxa Selic média da data de emissão até 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores apurados foram descontados pela taxa de ágio/deságio, para as respectivas datas de vencimento dos papéis, apuradas no mercado secundário e divulgadas pela ANBIMA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado com Títulos públicos, o montante de R\$ 626. (em 2023 – R\$ 68).

## 7. Direitos creditórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				
Precatórios federais	-	-	116.547	102.893
Precatórios estaduais	-	-	296.114	190.484
Precatórios municipais	-	-	118.180	71.717
Pré-precatórios estaduais	-	-	3.939	3.724
Processos trabalhistas	-	-	-	-
Ação Judicial	-	-	9.233	7.344
	-	-	<b>544.013</b>	376.162
<b>Não circulante</b>				
Precatórios federais	-	-	56.033	137.910
Precatórios estaduais	-	-	174.314	253.189
Precatórios municipais	-	-	139.659	107.648
Pré-precatórios estaduais	-	-	5.071	5.516
Processos trabalhistas	-	-	40.829	1.553
PCLD (Pré-precatório)	-	-	-	(607)
			415.906	505.209
	-	-	<b>959.919</b>	881.371

### 7.1. Movimentação dos direitos creditórios

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	881.371	558.247
Aquisições de direitos creditórios	257.582	226.303
Apropriação de rendas sobre direitos creditórios	105.784	225.061
Recebimento de títulos de direitos creditórios	(284.818)	(126.819)
Outros	-	(1.421)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>959.919</b>	<b>881.371</b>

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### **7.2. Descrição dos direitos creditórios adquiridos**

Os direitos creditórios adquiridos pela Companhia, através dos fundos de investimentos em direito creditório são decorrentes:

- (i) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, constituídos por sentenças transitadas em julgado protocoladas no curso de ações judiciais contra os devedores e representados por precatórios emitidos em virtude de execução de sentenças respectivas (“precatórios”);
- (ii) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, constituídos por sentenças transitadas em julgado protocoladas, com os respectivos cálculos devidamente homologados pelo juízo competente, no curso de ações judiciais contra os devedores, ainda não representadas por precatórios emitidos em virtude de execução de sentenças respectivas (“pré-precatórios”);
- (iii) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, apenas federal, decorrente de requisição de pagamento de quantia a que a fazenda pública federal foi condenada em processo judicial, para valores totais de até 60 salários-mínimos (“requisições de pequeno valor”), que poderão prever, conforme a sua origem e natureza, incidência de juros e correção monetária; e
- (iv) de direitos creditórios decorrentes de obrigações de natureza trabalhista ou não (inclusive cível e consumerista), devidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (“devedores”), que constituam o objeto de ações judiciais em curso (fase judicial) ou cuja reclamação esteja na iminência de ser ajuizada (fase prejudicial), que atendam à política de investimento, composição e diversificação da carteira do fundo (“carteira”) descrita no regulamento.

As taxas praticadas nas operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios variam de acordo com o prazo de vencimento dos direitos creditórios, podendo variar indeterminadamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as taxas praticadas variaram, respectivamente, entre 0,89% e 5,92% a.m. e 0,04% e 5,92% a.m.

## **8. Impostos a recuperar**

Em 2024, a Pjus Ltda identificou créditos de PIS e COFINS passíveis de compensação por meio de uma revisão detalhada dos serviços contratados. Como resultado, foram apurados R\$ 2.263 em créditos, sendo R\$ 729 referentes a 2022, R\$ 970 a 2023 e R\$ 564 ao período de janeiro a setembro de 2024.

No decorrer de 2024, a Pjus Ltda compensou R\$ 1.500, correspondentes aos créditos gerados no próprio exercício e a parte dos valores de 2023. O saldo remanescente de R\$ 1.044 está previsto para compensação no primeiro trimestre de 2025.

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a compensar sobre aplicação financeira	-	-	-	-
IRRF a compensar sobre direitos creditórios	-	-	76	13
PIS a recuperar	-	-	3	-
COFINS a recuperar	-	-	16	-
IRRF a recuperar	-	-	2	-
Tributos pagos a maior ou indevidamente	-	-	1.209	16
Saldo negativo de IRPJ	11	7	145	102
	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>1.451</b>	<b>131</b>

## 9. Partes relacionadas

### 9.1. Remuneração da Administração

Os administradores da Companhia atuam em determinadas frentes de negócios da Companhia e suas controladas e coligadas, sendo remunerados de acordo com a dedicação à cada atividade desempenhada.

A Companhia e suas controladas e coligadas remuneraram os administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, o montante de R\$3.861 e R\$1.858.

## 10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FIM Crédito Privado Ativos Judiciais (a)	337.821	258.576	-	-
Outros Fundos (b)	-	-	9.391	6.734
Pjus Investimentos Em Direitos Creditórios Ltda	12.966	20.329	-	-
	<b>350.787</b>	<b>278.905</b>	<b>9.391</b>	<b>6.734</b>

- (a) Os Fundos de Investimentos em créditos privados da Controladora são mensurados ao valor justo das cotas.  
(b) Os investimentos no Consolidado se referem a Outros Fundos (ADJUD I, XP Addebitare e Impacto Roxo), sobre os quais a Companhia não possui controle ou influência significativa.

### 10.1. Incorporação

Em 30 de novembro de 2024	Antes da incorporação		Ajustes de incorporação	Após a incorporação
	Pjus Ltda	Pjus Ltda		Pjus Ltda
<b>Ativo Circulante</b>	<b>30/11/2024</b>	<b>30/11/2024</b>	<b>30/11/2024</b>	<b>30/11/2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.891	1.755	-	3.646
Direitos creditórios CR	2.651	-	-	2.651
Impostos a recuperar	76	133	-	209
Contas a receber	-	2.887	-	2.887
Créditos com partes relacionadas	1.500	-	(1.500)	-
Outros ativos circulantes	-	862	-	862
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>6.118</b>	<b>5.637</b>	<b>(1.500)</b>	<b>10.255</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Investimentos	-	5.771	(5.633)	138
Imobilizado	21	13.273	-	13.294
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>21</b>	<b>19.044</b>	<b>(5.633)</b>	<b>13.432</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>6.139</b>	<b>24.681</b>	<b>(7.133)</b>	<b>23.687</b>

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em 30 de novembro de 2024	Antes da incorporação		Ajustes de incorporação	Após a incorporação
	Pxjus Ltda	Pjus Ltda		Pjus Ltda
<b>Passivo Circulante</b>				
Contas a Pagar	-	7.588		7.588
Salários, provisões e obrigações sociais	-	-		-
Impostos e contribuições a recolher	59	290		349
Débitos com partes relacionadas	-	1.500	(1.500)	-
Outros passivos circulantes	-	527		527
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>59</b>	<b>9.905</b>	<b>(1.500)</b>	<b>8.464</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Impostos diferidos	447	-		447
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>447</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>447</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>506</b>	<b>9.905</b>	<b>(1.500)</b>	<b>8.911</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital social	4.200	50.614	(4.200)	50.614
Reserva de lucros	1.433	(35.878)	(1.433)	(35.878)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>5.633</b>	<b>14.736</b>	<b>(5.633)</b>	<b>14.736</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>6.139</b>	<b>24.641</b>	<b>(7.133)</b>	<b>23.647</b>

(\*) Os saldos apresentados refletem a posição patrimonial das empresas na data da incorporação (30 de novembro de 2024). Após a incorporação os ativos, passivos e o patrimônio líquido da incorporada foram integralmente absorvidos pela controladora, resultando nos saldos consolidados indicados na coluna "Após Incorporação".

Em 30 de novembro de 2024, a Pjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda. concluiu a incorporação da Pxjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda, com o objetivo de otimizar as operações e fortalecer a posição estratégica no mercado.

Como resultado dessa operação, o patrimônio líquido da empresa incorporada foi transferido integralmente para a Companhia, incluindo seus ativos, passivos e demais direitos e obrigações, como demonstrado no quadro abaixo.

A incorporação foi realizada conforme as normas contábeis e legais aplicáveis, com base na avaliação patrimonial realizada na mesma data.

### 10.2. Movimentação

As alterações registradas na rubrica Investimentos fundos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	278.905	95.949
Subscrição de cotas do FIM (a)	7.806	97.205
Aumento de capital Pjus Ltda	14.500	26.772
Resultado de equivalência patrimonial	49.576	58.979
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>350.787</b>	<b>278.905</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a PJUS S.A detinha 97.059.602,86032619 que equivalem ao montante de R\$ 337.821 (R\$ 258.576 em 2023)

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 11. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instalações	-	-	856	623
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	229	92
Equipamentos de informática	-	-	1.565	1.334
Moveis e utensílios	-	-	838	842
Benfeitorias propriedade de terceiros	-	-	331	331
<b>Total do Imobilizado</b>	-	-	<b>3.819</b>	<b>3.222</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	-	-	<b>(1.402)</b>	<b>(924)</b>
<b>Total do Imobilizado Líquido</b>	-	-	<b>2.417</b>	<b>2.298</b>

#### Movimentação do Consolidado

	31/12/2022	Adição	Depre- ciação	31/12/2023	Adição	Transfe- rência	Baixa	Depre- ciação	31/12/2024
<b>Em operação</b>									
Instalações	513	37	(59)	491	233	-	-	(69)	655
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18	73	(3)	88	138	-	-	(22)	204
Equipamentos de Informática	680	343	(250)	773	154	124	-	(348)	703
Moveis e utensílios	678	40	(83)	635	7	-	-	(84)	558
Benfeitorias propriedade de terceiros	324	-	(13)	311	-	-	-	(13)	298
<b>Em obras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>2.213</b>	<b>493</b>	<b>(408)</b>	<b>2.298</b>	<b>531</b>	<b>124</b>	-	<b>(536)</b>	<b>2.417</b>

### 12. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos ou Serviços em curso	-	-	-	3.683
Ágio em investimentos	-	-	-	142
Software ou programas de computador	-	-	9.381	6.613
Amortização	-	-	(1.826)	(1.236)
	-	-	<b>7.555</b>	<b>9.202</b>

#### Movimentação do Consolidado

	31/12/2022	Adição	Transfe- rência	Amorti- zação	31/12/2023	Adição	Transfe- rência	Baixa	Amorti- zação	31/12/2024
Software ou programas de computador	2.258	-	4.164	(1.045)	5.377	13	4.948	(2.193)	(590)	7.555
Produtos ou Serviços em curso	3.315	4.532	(4.164)	-	3.683	2.379	(5.072)	(990)	-	-
Ágio em investimentos	142	-	-	-	142	-	-	(142)	-	-
	<b>5.715</b>	<b>4.532</b>	-	<b>(1.045)</b>	<b>9.202</b>	<b>2.392</b>	<b>(124)</b>	<b>(3.325)</b>	<b>(590)</b>	<b>7.555</b>

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 13. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia reconhece como os direitos de utilização de bens com base no prazo de seus respectivos contratos, e seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 2024:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Depre-</u> <u>ciação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Depre-</u> <u>ciação</u>	<u>31/12/2024</u>
Imóveis (a)	1.199	382	(379)	1.202	-	(371)	(429)	402
	<b>1.199</b>	<b>382</b>	<b>(379)</b>	<b>1.202</b>	<b>-</b>	<b>(371)</b>	<b>(429)</b>	<b>402</b>

(a) a rubrica de imóveis referente ao contrato de sua sede.

#### 13.1. Passivo de arrendamentos

Conforme requerido pelas normas contábeis, a Companhia reconhece o respectivo passivo associado aos bens arrendados, o qual se refere às obrigações de pagar pelo direito de uso.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Provisão</u> <u>Juros</u>	<u>Transfe-</u> <u>rência</u>	<u>Amort.</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transfe-</u> <u>rência</u>	<u>Amort.</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante	274	111	37	549	(471)	500	(405)	731	(444)	382
Não Circulante	1.060	271	104	(549)	-	886	-	(731)	-	155
	<b>1.334</b>	<b>382</b>	<b>141</b>	<b>-</b>	<b>(471)</b>	<b>1.386</b>	<b>(405)</b>	<b>-</b>	<b>(444)</b>	<b>537</b>

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de aproximadamente 10,65% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada.

### 14. Impostos e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ISS a recolher	-	-	169	402
PIS e COFINS a recolher	-	-	489	576
IRPJ e CSLL a recolher	15	35	19	67
IRRF a recolher	26	70	1.045	724
Outros impostos a recolher	3	11	162	61
	<b>44</b>	<b>116</b>	<b>1.884</b>	<b>1.830</b>

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 15. Salários, provisões e obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salário a pagar	-	-	1.465	1.011
Pró-labore a pagar	19	-	163	179
Provisão de férias	-	-	2.009	1.369
Bônus e premiações a pagar	-	-	1.457	-
INSS / FGTS a recolher	5	-	895	664
Outros	-	-	67	21
	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>6.056</b>	<b>3.244</b>

### 16. Obrigações por cotas de fundo de investimento

#### 16.1. Subscrição e integralização de cotas

A Companhia participou, na qualidade de investidora, da estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), por meio da subscrição de cotas subordinadas e da emissão de cotas seniores destinadas a investidores qualificados. Abaixo a companhia apresenta os principais aspectos relacionados à estrutura, remuneração e classificação contábil dessas cotas, incluindo a caracterização dos respectivos passivos financeiros em decorrência das obrigações contratuais assumidas.

O FIDC AJI, lançado em março de 2021 e os FIDCs, XP Pjus, Abeto e Cobalto, instituídos em 2024, emitiram cotas seniores por meio de oferta pública a investidores institucionais qualificados. O objetivo desses FIDCs é adquirir recebíveis oriundos de direitos creditórios, conforme explicitado à nota 8.

A partir da data da primeira integralização das cotas seniores, seus respectivos valores unitários serão valorizados todo Dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da cota de fechamento no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no exercício com a remuneração de 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa CDI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (Spread) de aproximadamente 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco por cento) ao ano.

As cotas seniores têm prazo de resgate de 60 meses a partir da 1ª data de integralização das cotas. Os retornos residuais dos FIDCs, se houver, são pagos às cotas subordinadas. A Companhia detém a maioria das cotas subordinadas dos FIDCs.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 632.012 (R\$ 503.052 em 31 de dezembro de 2023), detalhado na nota 16 e referente às cotas seniores de fundos de investimento, foi classificado como um passivo financeiro. Isso ocorreu porque não atendeu aos critérios para ser considerado um instrumento patrimonial, já que existe uma obrigação contratual de pagamento em dinheiro, conforme o rendimento previsto, sem a opção de quitação por meio de instrumentos de capital.

Sendo que a atualização das cotas seniores em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$86.667 (R\$82.589 em 31 de dezembro de 2023) foi reconhecida no resultado do exercício como despesa financeira (vide nota explicativa 22).

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cotas seniores de fundo de investimento	-	-	632.012	503.052
	-	-	<b>632.012</b>	<b>503.052</b>

## 16.2. Movimentação Cotas Sêniores e Mezaninos

### Movimentação Cota Seniores – Fundo AJ1

Cota seniores	R\$		Quantidade		31/12/2024		31/12/2023	
	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade
Cotas seniores I	0,65	43.141	28.002	1,19	68.111	80.796		
Cotas seniores II	-	-	-	1,20	100.660	120.815		
Cotas seniores III	0,65	52.175	33.865	1,19	73.578	87.280		
Cotas seniores IV	1,03	200.149	205.977	1,09	105.727	114.747		
Cotas seniores V	0,84	46.373	39.151					
Cotas seniores VI	0,83	100.660	83.603					
Cotas seniores VII	1,19	94.208	112.454					
<b>Saldo Inicial</b>	<b>0,94</b>	<b>536.706</b>	<b>503.052</b>	<b>1,16</b>	<b>348.076</b>	<b>403.638</b>		
Cotas seniores IV	-	-	-	1,14	168.548	191.329		
Cotas seniores VII	1,20	18.337	22.000	1,18	20.081	23.600		
Cotas seniores VIII	1,02	119.988	122.100	-	-	-		
<b>Cotas Emitidas</b>	<b>1,04</b>	<b>138.325</b>	<b>144.100</b>	<b>1,14</b>	<b>188.629</b>	<b>214.929</b>		
Cotas seniores I	0,69	(43.141)	(29.922)			(43.692)		
Cotas seniores II	-	-	-			(49.657)		
Cotas seniores III	0,76	(47.877)	(36.187)			(48.279)		
Cotas seniores IV	-	-	(128.371)	-	-	(56.476)		
Cotas seniores V	-	-	(215)	-	-	-		
Cotas seniores VI	-	-	(11.829)	-	-	-		
Cotas seniores VII	-	-	(15.501)	-	-	-		
<b>Cotas Amortizadas Ordinária</b>	<b>-</b>	<b>(91.018)</b>	<b>(222.025)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(198.104)</b>		
Cotas seniores II	-	-	-	-	-	(5.226)		
Cotas seniores III	-	-	-	-	-	(7.794)		
Cotas seniores IV	-	-	(54.540)	-	-	(20.234)		
Cotas seniores V	-	-	(590)	-	-	-		
Cotas seniores VI	-	-	(32.405)	-	-	-		
Cotas seniores VII	-	-	(42.465)	-	-	-		
Cotas Sub Mezanino III	-	-	-	-	-	-		
<b>Cotas Amortizadas Extraordinária</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(130.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33.254)</b>		
Cotas seniores III	0,07	(4.298)	(316)	-	-	-		
Cotas seniores IV	0,61	(18.846)	(11.513)	-	-	-		
Cotas seniores V	0,96	(45.154)	(43.294)	-	-	-		
Cotas seniores VI	0,94	(32.575)	(30.727)	-	-	-		
Cotas seniores VII	1,36	(50.468)	(68.413)	-	-	-		
Cotas Sub Mezanino I	0,07	4.298	316	-	-	-		
Cotas Sub Mezanino II	0,61	18.846	11.513	-	-	-		
Cotas Sub Mezanino III	1,11	128.198	142.435	-	-	-		
<b>Conversão de Cotas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
Cotas seniores I	-	-	-	0,65	43.141	28.002		
Cotas seniores III	-	-	-	0,65	52.175	33.865		
Cotas seniores IV	0,27	128.198	34.514	1,03	200.149	205.977		
Cotas seniores V	0,00	584.012	395	0,84	46.373	39.151		
Cotas seniores VI	0,12	181.303	21.710	0,83	100.660	83.603		
Cotas seniores VII	0,42	68.083	28.450	1,19	94.208	112.454		
Cotas seniores VIII	1,99	62.078	123.743	-	-	-		
Cotas Sub Mezanino I	0,02	18.846	330	-	-	-		
Cotas Sub Mezanino II	9,85	1.219	12.001	-	-	-		
Cotas Sub Mezanino III	34,63	4.298	148.832	-	-	-		
<b>Saldo Final</b>	<b>0,35</b>	<b>1.048.037</b>	<b>369.974</b>	<b>0,94</b>	<b>536.706</b>	<b>503.052</b>		

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### Movimentação Cota Seniores – Fundo XP PJUS

<b>Cota seniores</b>	<b>R\$</b>	<b>Quantidade</b>	<b>31/12/2024</b>
Cotas seniores I	-	-	-
Cota Sub Mezanino I	-	-	-
<b>Saldo Inicial</b>	-	-	-
Cotas seniores I	1,07	110.559	118.100
Cota Sub Mezanino I	1,34	29.899	39.959
<b>Cotas Emitidas</b>	<b>1,13</b>	<b>140.458</b>	<b>158.059</b>
Cotas seniores I	-	-	-
Cota Sub Mezanino I	-	-	-
<b>Cotas Amortizadas</b>	-	-	-
Cotas seniores I	1,17	110.559	129.273
Cota Sub Mezanino I	1,21	29.899	36.140
<b>Saldo Final</b>	<b>1,18</b>	<b>140.458</b>	<b>165.412</b>

### Movimentação Cota Seniores - 2024 – COBALTO

<b>Cota seniores</b>	<b>R\$</b>	<b>Quantidade</b>	<b>31/12/2024</b>
Cotas seniores I	1,01	57.947	58.705
Cota Sub Mezanino I	1,01	12.859	13.005
<b>Cotas Emitidas</b>	<b>1,01</b>	<b>70.807</b>	<b>71.710</b>
Cotas seniores I	1,03	57.947	59.880
Cota Sub Mezanino I	1,04	12.859	13.421
<b>Saldo Final</b>	<b>1,04</b>	<b>70.807</b>	<b>73.301</b>

### Movimentação Cota Seniores - 2024 – ABETO

<b>Cota seniores</b>	<b>R\$</b>	<b>Quantidade</b>	<b>31/12/2024</b>
Cotas seniores I	1,01	17.124	17.280
Cota Sub Mezanino I	1,01	5.393	5.460
<b>Cotas Emitidas</b>	<b>1,01</b>	<b>22.517</b>	<b>22.740</b>
Cotas seniores I	1,03	17.124	17.695
Cota Sub Mezanino I	1,04	5.393	5.628
<b>Saldo Final</b>	<b>1,04</b>	<b>22.517</b>	<b>23.324</b>

## 17. Debêntures

### 17.1. Movimentação

Com o objetivo de fortalecer sua estrutura de capital e viabilizar investimentos estratégicos, em 09 de novembro de 2023, a Companhia aprovou a emissão de 75.000 (setenta e cinco milhões) de debêntures, em primeira emissão, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, das quais foram subscritas, na mesma data, 37.500 (trinta e sete milhões e quinhentos mil) de debêntures, com o valor total de R\$37.500 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais). A data de vencimento final das debêntures é 01 de novembro de 2027.

As debêntures estão sujeitas a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa média referencial dos depósitos interfinanceiras (CDI Extra-Grupo), acrescida de uma sobretaxa (spread) de 6% ao ano.

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A garantia real é a alienação fiduciária sobre a totalidade das cotas de emissão do FIM Ativo Judiciais, detidas pela Emissora (Pjus Participações S.A), na data de 09 de novembro de 2023, nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas e Outras Avenças” celebrado nessa data entre as Partes (“Alienação Fiduciária” e “Contrato de Alienação Fiduciária”, respectivamente). Desde que não tenha ocorrido e não esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário iniciará os procedimentos para liberações parciais das Cotas Alienadas Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas) de acordo com os períodos abaixo definidos (cada uma, uma “Liberação Parcial” e “Prazo para Liberação Parcial”), para que as Cotas Alienadas Fiduciariamente correspondam, após cada uma das referidas liberações, ao percentual de 130% (cento e trinta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures (“Razão de Garantia”):

- (a) após 120 (cento e vinte) dias, a contar da data do Primeiro Desembolso;
- (b) em até 5 (cinco) Dias Úteis, a contar de qualquer Data de Amortização Extraordinária; ou
- (c) a cada 180 (cento e oitenta) dias, a contar da primeira Data de Amortização Ordinária.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não circulante	70.535	38.168	70.535	38.168
	<b>70.535</b>	<b>38.168</b>	<b>70.535</b>	<b>38.168</b>

### 17.2. Movimentação

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	38.168	-
Debêntures subscritas	23.567	37.500
Juros remuneratórios	8.800	668
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>70.535</b>	<b>38.168</b>

## 18. Provisões para demandas judiciais

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a controladora e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões trabalhistas para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	48	36
Provisões trabalhista	-	12
Outras provisões	1.151	-
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>1.199</b>	<b>48</b>

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em 31 de dezembro de 2023, a controladora possuía contingências trabalhistas classificadas como de perda possível, totalizando R\$ 2.286. Desse montante, apenas R\$ 48 foram reconhecidos como provisão para riscos e contingências administrativas no resultado do exercício.

Para o exercício de 2024, a nova gestão reavaliou a situação e concluiu que essas contingências deveriam ser registradas no passivo, considerando que se referem a ações movidas contra a PJUS Ltda.

Dessa forma, foi constituída uma provisão total de R\$ 1.199, composta por R\$ 1.151 referentes a contingências trabalhistas classificadas como de perda provável e R\$ 48 mantidos como provisão para riscos e contingências administrativas.

Do total provisionado, R\$ 1.043 foram registrados no grupo de outros ativos circulantes como reembolso de contingências, pois correspondem a processos assumidos pelo sócio anterior. O valor restante, de R\$ 108, foi reconhecido no resultado do exercício, referente à parcela da contingência sob responsabilidade da empresa.

## **19. Capital social e reservas**

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito, era de R\$ 160.076 (cento e sessenta milhões, setenta e seis mil reais), dividido em 95.269.484 (noventa e cinco milhões, duzentas e sessenta e nove mil, quatrocentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 2 de outubro de 2024, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para deliberar sobre a recompra de ações detidas pelo ex-Diretor-Presidente da Companhia, bem como o cancelamento das cotas subscritas e não integralizadas por ele.

Como resultado dessa operação, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 11.076 (onze milhões, setenta e seis mil reais), passando de R\$ 160.076 (cento e sessenta milhões, setenta e seis mil reais) em 2023 para R\$ 149.000 (cento e quarenta e nove milhões de reais) em 2024. Essa redução foi composta por:

**(i) Recompra de Ações:** A Companhia adquiriu 2.377.993 ações do Sr. Jeffrey Scott Hoberman pelo montante de R\$ 6.500 (seis milhões e quinhentos mil reais), conforme estabelecido no Termo de Fechamento e na Ata da AGE. A recompra seguiu as disposições do artigo 30, §1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, que permite a aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento, sem a necessidade de devolução de valores aos acionistas, respeitando os limites legais.

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

**(ii) Cancelamento de Cotas Não Integralizadas:** Além da recompra, foi cancelado o montante de R\$ 4.576 (quatro milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais) referente a cotas subscritas, porém não integralizadas, conforme permitido pelo artigo 173 da Lei nº 6.404/76. Essa operação resultou na adequação do capital social ao novo número de ações em circulação, sem impactar os acionistas remanescentes.

A alteração do Estatuto Social foi aprovada para refletir o novo capital social da Companhia. Os custos de transação incorridos na aquisição das ações foram incorporados ao custo de aquisição, conforme estabelecido pelos pronunciamentos contábeis CPC 08 e CPC 39.

Adicionalmente, eventuais custos de alienação dessas ações serão reconhecidos como uma redução da reserva de lucro, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

### Reserva de capital

Conforme estabelecido no Estatuto Social do Grupo, o lucro remanescente após distribuição de dividendos e constituição de reserva legal será destinado à formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas. Adicionalmente, a Companhia registra o efeito reflexo de transações em reserva de capital de controladas, em consonância com o ICPC 09.

### Reserva legal

O Estatuto Social do Grupo prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

## 20. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados (a)	-	-	41.286	18.003
Receita de outras atividades (b)	-	-	2.152	1.987
Receitas com títulos precatórios (c)	-	-	227.411	223.693
<b>Receita Bruta</b>	-	-	<b>270.849</b>	<b>243.683</b>
ISS S/ Serviços Prestados	-	-	(2.052)	(1.726)
PIS / COFINS s/ faturamento	-	-	(3.490)	(3.211)
Outros impostos	-	-	-	(51)
<b>Total das deduções</b>	-	-	<b>(5.542)</b>	<b>(4.988)</b>
<b>Total da receita líquida</b>	-	-	<b>265.307</b>	<b>238.695</b>

(a) Refere-se a receita de taxa administrativa, comissão e taxa de performance faturadas conforme cálculos previstos nos regulamentos dos fundos.

(b) As Receitas de outras atividades se referem à valorização de RPV.

(c) Refere-se a receita do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I e, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais II.

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 21. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(311)	-	(36.036)	(26.910)
Pró-labore	(250)	-	(2.102)	-
Serviços prestados	(178)	(722)	(3.138)	(8.633)
Despesas tributárias	(65)	(48)	(264)	(129)
Outras despesas / custos	(17)	(539)	(13.601)	(4.095)
Publicidade e propaganda	(2)	-	(72)	(363)
Tecnologia e informática	(1)	(32)	(1.357)	(3.622)
Comissões	-	-	(683)	(40)
Contingências	-	-	(108)	(12)
Depreciação e amortização	-	-	(1.779)	(1.832)
Despesas cartorária	-	(3)	-	(3)
Despesas taxa CVM	-	-	-	(229)
Energia elétrica	-	-	(267)	(214)
Manutenção	-	-	(188)	(171)
Materiais e ferramentas	-	(1)	(27)	(71)
Taxa de administração (a)	-	-	(6.044)	(893)
Taxa de gestão	-	-	(3.933)	(6.733)
Taxa de performance	-	-	(39.441)	(9.813)
Telecomunicações	-	-	(37)	(169)
	<b>(824)</b>	<b>(1.345)</b>	<b>(109.077)</b>	<b>(63.932)</b>
<b>Classificação por função</b>				
Custos dos serviços prestados	-	-	(57.872)	(18.415)
Despesas gerais e administrativas	(824)	(1.345)	(51.205)	(45.517)
<b>Total</b>	<b>(824)</b>	<b>(1.345)</b>	<b>(109.077)</b>	<b>(63.932)</b>

- (a) Taxa de Administração: É cobrada dos fundos, serviços de administração, gestão, custódia, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, bem como pelos serviços de distribuição, escrituração da emissão e resgate de cotas, pagas aos gestores e administradores dos fundos.

### 22. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	630	3.700	1.037	4.022
Descontos obtidos	-	-	6	7
Rendimento de aplicações de fundos	-	-	11.476	2.900
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>630</b>	<b>3.700</b>	<b>12.519</b>	<b>6.929</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valorização cotas seniores (a)	-	-	(87.754)	(82.589)
Despesas bancárias	(1)	-	(70)	(29)
Juros passivos	-	-	(48)	(5)
IOF	(9)	(69)	(82)	(127)
Juros de arrendamento	-	-	(155)	(141)
Juros sobre debêntures	(9.365)	(668)	(9.365)	(668)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(9.375)</b>	<b>(737)</b>	<b>(97.474)</b>	<b>(83.559)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(8.745)</b>	<b>2.963</b>	<b>(84.955)</b>	<b>(76.630)</b>

- (a) Referem-se aos juros incorridos sobre os recursos captados através de cotas seniores junto aos investidores qualificados como profissionais, recursos esses utilizados para a aquisição dos direitos creditórios.

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 23. Imposto de renda e contribuição social

#### 23.1. Composição do passivo de IRPJ e CSLL - diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ diferido	(44.027)	(26.189)	(44.315)	(26.636)
CSLL diferido	(15.850)	(9.428)	(15.954)	(9.589)
	(59.877)	(35.617)	(60.269)	(36.225)
Pis e Cofins Diferido	-	-	(55)	(66)
	(59.877)	(35.617)	(60.324)	(36.291)

#### 23.2. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL

##### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição com base no lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social reconhecida no resultado do período é demonstrada como segue:

	Alíquota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Corrente</b>					
Receita operacional		-	-	3.217	505
Base de Cálculo Lucro Tributável (A)	32%	-	-	1.029	162
Rendimento financeiro (B)		704	7.634	1.201	7.862
Base de Cálculo (A+B)		704	7.634	2.230	8.024
IRPJ	15%	(106)	(1.145)	(335)	(1.204)
Adicional	10%	(47)	(740)	(175)	(755)
<b>Despesa c/ IRPJ</b>		(153)	(1.885)	(510)	(1.959)
<b>Despesa c/ CSLL</b>	9%	(63)	(687)	(200)	(721)
<b>Total corrente</b>		(216)	(2.572)	(710)	(2.680)

##### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir demonstramos os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Alíquota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Diferido</b>					
Receita operacional		-	-	1.508	1.395
Base de cálculo	32%	-	-	483	446
IRPJ s/ base de cálculo	25%	-	-	(288)	(112)
CSLL s/ base de cálculo	9%	-	-	(104)	(40)
Rendimento financeiro		71.356	65.204	71.356	66.155
IRPJ s/ rendimento financeiro	25%	(17.839)	(16.301)	(17.839)	(16.539)
CSLL s/ rendimento financeiro	9%	(6.422)	(5.868)	(6.422)	(5.954)
<b>Despesa c/ IRPJ</b>		(17.839)	(16.301)	(17.839)	(16.651)
<b>Despesa c/ CSLL</b>		(6.422)	(5.868)	(6.422)	(5.994)
<b>Total despesa diferido</b>		(24.261)	(22.169)	(24.261)	(22.645)
Despesas c/ Pis/Cofins diferidos		-	-	(55)	(51)
<b>Total passivo diferido</b>		(24.261)	(22.169)	(24.316)	(22.696)

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Os impostos diferidos referem-se ao provisionamento de imposto de renda e contribuição social sobre o reconhecimento do ganho da participação nos Fundos. A PJUS S.A. irá tributar o rendimento de forma efetiva às alíquotas combinadas de 34% de IR/CS quando do resgate das cotas. A despesa de IRPJ e CSLL foi reconhecida em contrapartida ao saldo do passivo.

## 24. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pelo grupo são às aplicações financeiras, aplicações em investimentos, contas a receber e recebíveis de precatório.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

### 24.1. Gestão dos riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. Entre esses riscos destacam-se:

Risco de mercado (risco de taxa de juros): os ativos financeiros compostos por aplicações em CDB-DI, cotas de fundos de investimentos e direitos creditórios estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente às notícias e expectativas econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a fatos específicos a respeito dos respectivos emissores. Além disto, ainda há possibilidade de ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de seus preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

<u>Indexador</u>	<u>Ativos financeiros</u>	<u>Passivos financeiros</u>
	Aplicações financeiras e fundos de investimento renda fixa	-
CDI		
CDI e IPCA	-	Cotas seniores de fundo de investimento
CDI	-	Debêntures

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2024, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2025, conforme detalhado abaixo:

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2025 (“cenário provável”) e a taxa efetiva verificada no ano de 2024, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2024 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2025. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2025 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2024	Taxa anual estimada para 2025	Varição entre taxas	Efeito
<b>Cenário Provável</b>						
CDI	133.701		<b>12,25%</b>	15,00%	2,75%	3.677
CDI + 6,5%		702.547	<b>18,75%</b>	21,50%	2,75%	19.320
<b>Cenário I</b>						
CDI	133.701		<b>15,31%</b>	18,75%	3,44%	4.596
CDI + 6,5%		702.547	<b>21,81%</b>	25,25%	3,44%	24.150
<b>Cenário II</b>						
CDI	133.701		<b>18,38%</b>	22,50%	4,13%	5.515
CDI + 6,5%		702.547	<b>24,88%</b>	29,00%	4,13%	28.980

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2024, conforme detalhado abaixo:

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2024 (“cenário provável”) e a taxa efetiva verificada no ano de 2023, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2023 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2024. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2024 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2023	Taxa anual estimada p/ 2024	Varição entre taxas	Efeito
<b>Cenário Provável</b>						
CDI	11.956		<b>11,75%</b>	9,00%	-2,75%	(329)
CDI + 6,5%		541.220	<b>18,25%</b>	15,50%	-2,75%	(14.884)
<b>Cenário I</b>						
CDI	11.956		<b>14,69%</b>	11,25%	-3,44%	(411)
CDI + 6,5%		541.220	<b>21,19%</b>	17,75%	-3,44%	(18.604)
<b>Cenário II</b>						
CDI	11.956		<b>17,63%</b>	13,50%	-4,13%	(493)
CDI + 6,5%		541.220	<b>24,13%</b>	20,00%	-4,13%	(22.325)

**Risco de crédito:** é o risco de perda financeira da Companhia caso um emissor ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprimento de suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de direitos creditórios na investida.

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A realização dos direitos creditórios depende do adimplemento da Fazenda Pública e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos, sendo que, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, nos prazos e nos valores previstos.

A Fazenda Pública poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco.

Risco de liquidez: em decorrência da iliquidez dos direitos creditórios, existe a possibilidade de o Fundo não estar apto a efetuar pagamentos relativos a amortizações de cotas eventualmente solicitado pelos cotistas ou resgate de cotas, na forma permitida na regulamentação vigente.

A falta de liquidez pode, ainda, provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos ou em operações similares. Caso o cotista queira se desfazer dos seus investimentos no Fundo, o mercado secundário para negociação de tais cotas apresenta baixa liquidez, não havendo garantia de que os cotistas conseguirão alienar suas cotas pelo preço e no momento desejado.

Com a incorporação ocorrida em 30 de novembro de 2024, todo o recebível da Pjus foi transferido para a Pjus Ltda. A investida Pjus Ltda continua exposta ao risco de crédito de seus valores de direitos creditórios, cuja realização depende do adimplemento da Fazenda Pública e do efetivo pagamento dos valores devidos, devidamente reajustados e acrescidos dos juros previstos.

Não há garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, nem de que ocorrerão nos prazos e valores previstos. No entanto, a administração entende que o risco é baixo, uma vez que os direitos creditórios (RPVs) são adquiridos após o trânsito em julgado.

Abaixo tabela com a expectativa dos fluxos de caixa dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024:

Passivo	Controladora			Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	
Contas a Pagar	1	-	-	1
Debêntures	18.277	26.129	26.129	70.535
Passivo de arrendamento	382	-	-	382
Partes relacionadas Passivo	-	-	-	-

  

Passivo	Consolidado			Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	
Contas a Pagar	32.964	-	-	32.964
Cota Seniores Fundo de Investimento	355.537	265.845	10.630	632.012
Debêntures	18.277	26.129	26.129	70.535
Passivo de arrendamento	104	51	-	155
Partes relacionadas Passivo	-	-	-	-

## Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Abaixo tabela com a expectativa dos fluxos de caixa dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023:

<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>			<b>Total</b>
	<b>Até 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Mais de 2 anos</b>	
Contas a pagar	18	-	-	18
Debêntures	-	4.241	33.927	38.168

  

<b>Passivo</b>	<b>Consolidado</b>			<b>Total</b>
	<b>Até 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Mais de 2 anos</b>	
Contas a pagar	10.539	-	-	10.539
Cota seniores fundo de investimento	229.351	273.701	-	503.052
Debêntures	-	4.241	33.927	38.168
Passivo de arrendamento	500	463	423	1.386

Derivativos: nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### Classificação dos instrumentos financeiros

<b>Controladora</b>	<b>Classificação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Debêntures	Custo amortizado	70.535	38.168

  

<b>Consolidado</b>	<b>Classificação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Direitos creditórios	Valor justo por meio do resultado	959.919	881.371
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	284	36
<b>Passivos financeiros</b>			
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	537	1.386
Cotas seniores de fundo de investimento	Custo amortizado	632.012	503.052
Debêntures	Custo amortizado	70.535	38.168

### Valor justo dos instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos de contas a receber de clientes, créditos reembolsáveis a receber e contas a pagar estejam próximos de seus valores justos. Adicionalmente, o caixa e equivalente de caixa e direitos creditórios estão mensurados aos seus e valores justos.

## **Pjus Participações S.A.**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### **25. Eventos Subsequentes**

Em 8 de abril de 2025, foi firmado Contrato de Compra e Venda de Ações (“CCVA”) no qual um dos acionistas minoritários (“Vendedor”) aliena a totalidade das suas ações de emissão da Companhia.

Cumprir salientar que não houve o ingresso de novo acionista, uma vez que a venda foi realizada para partes que já constam no atual quadro societário.

A própria Companhia passou a figurar também na qualidade de compradora de parte das ações do Vendedor, seguindo as disposições do art. 30 da Lei 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), ou seja, aquisição para manutenção em tesouraria, observado o limite do saldo de lucros ou reservas, sem que ocorra a diminuição do capital social da Companhia.

O fechamento da operação ocorreu em 23 de abril após o cumprimento das condições precedentes, conforme usualmente aplicado em operações dessa natureza.

\*\*\*\*\*